

ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA
**MERCADO
DE TRABALHO**

3º TRIMESTRE DE 2017

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan

João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia – SEI

Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial

Armando Affonso de Castro Neto

Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica

Armando Affonso de Castro Neto

Ana Maria de Sales Guerreiro

Luana Gabriela da Silva Rodrigues

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

Luiz Fernando Araújo Lobo

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi
Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações –
Codin

Augusto Cezar Pereira Orrico

Coordenação de Produção Editorial

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Editoração

Adir Filho

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.

Cep: 41.745-002. Salvador(BA)

Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781

www.sei.ba.gov.br

sei@sei.ba.gov.br

3º TRIMESTRE DE 2017 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **1**

EMPREGOS FORMAIS **2**

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CON-
TÍNUA **8**

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE
EMPREGO E DESEMPREGO **9**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **11**

Expectativa dos empresários baianos para o emprego **11**

Projeção do emprego formal **13**

APÊNDICE **14**

NOTAS METODOLÓGICAS **19**

Pesquisa de confiança do empresariado baiano **19**

Projeções do mercado de trabalho formal **20**

3º TRIMESTRE DE 2017

O panorama econômico, cada vez mais, fortalece a hipótese de retomada. Ademais, hoje, a cena política parece menos conturbada que no passado recente. Assim, tratar do término da retração da economia parece ter deixado de ser controverso. Por outro lado, não se pode contestar que os avanços têm sido comedidos, até porque o processo de recuperação da atividade econômica segue um itinerário que é intrinsecamente lento e gradual.

O mercado de trabalho, por sua vez, vem repercutindo o que tem ocorrido no ambiente macroeconômico, mas de maneira mais morosa – já que seu ajuste segue uma dinâmica própria, com movimentos retardados perante os ciclos econômicos. Na Bahia, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), que subsidiaram as análises deste Boletim, o mercado de trabalho melhorou mais um pouco recentemente, com continuidade da recomposição de alguns dos seus indicadores.

O estoque de emprego formal, por exemplo, aumentou nos últimos meses na Bahia. Em recortes trimestrais, após dez intervalos consecutivos de recuo, o estado vivenciou a segunda ocorrência seguida de ganho líquido de empregos com carteira assinada. Além disso, a taxa trimestral de desocupação exibiu o terceiro recuo ininterrupto. Na Região Metropolitana de Salvador, o desemprego atingiu a menor taxa desde o primeiro trimestre de 2016.

Alguns fatos, porém, lançam dúvidas a respeito da abrangência desses avanços. O saldo positivo de empregos celetistas do terceiro trimestre, por exemplo, ficou abaixo do gerado no intervalo imediatamente antecedente. Mesmo em queda, a taxa trimestral de desocupação no estado ainda representava a terceira mais elevada desde 2012. O nível de ocupação e o rendimento médio real voltaram a cair em comparação com os do segundo trimestre. Tem mais, as projeções voltaram a apontar para a supressão líquida de postos de trabalho no último trimestre do ano e o pessimismo no meio empresarial baiano, mesmo com a relativa melhora dos indicadores que medem os níveis de confiança, permanece em patamares moderados.

Por tudo isso, o debate que surge, agora, não é mais a respeito da tão propalada recuperação do mercado de trabalho ter começado ou não. A suspeita começou a recair sobre o alcance e a robustez dessa retomada. Dessa maneira, a dúvida que passou a existir é se o resgate dos tempos áureos já foi detectado, pelo menos, pelo radar de médio prazo.

CENÁRIO ECONÔMICO

Os sinais de que o quadro conjuntural adverso possa estar ficando para trás se mostraram ainda mais claros no terceiro trimestre. Dentre as importantes atividades econômicas, apenas o setor de Serviços manteve o movimento de recuo. Assim, juntam-se ao setor agropecuário, que desde o início do ano vem sinalizando uma significativa recuperação, a Indústria e o Comércio.

Com efeito, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, relativo ao mês de setembro, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa para a safra baiana de grãos de 2017 denota expansão de 41,4% em relação ao volume do ano anterior, quando a produção havia totalizado quase 6,1 milhões de toneladas. A produção física

de grãos, assim, fechará o ano com aproximadamente 8,6 milhões de toneladas. Dessa forma, diante da expectativa de elevação de 12,0% da área colhida, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá aumentar em 26,2%.

Em relação à indústria, segundo informações da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção total baiana, de julho a setembro de 2017, elevou-se em 5,6% frente ao registrado no mesmo intervalo de 2016 – encadeando a segunda ocorrência de crescimento nesta base de comparação, após 16 resultados negativos. O avanço no ritmo produtivo do setor ocorreu tanto na indústria de transformação, que subiu 5,4%, quanto na extrativa, com aumento de 10,9%. No ano, entretanto, a variação continuou sendo negativa para o total da indústria, queda de 2,9%.

O setor de Serviços continuou encolhendo, mas em menor magnitude. Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, o volume de serviços prestados acumulado entre julho e setembro de 2017, em relação ao valor observado nos mesmos meses de 2016, exibiu uma queda de 3,5% – 28º recuo sucessivo na comparação interanual por trimestre móvel. Assim, desde janeiro último, a variação continuou negativa, com contração de 5,3%.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE mostrou uma alteração positiva no volume de vendas do varejo no terceiro trimestre de 2017 no confronto interanual, alta de 1,0%. A comparação com o mesmo período de um ano antes, após 29 recuos consecutivos, apontou terceira expansão seguida. No acumulado para o período de janeiro a setembro, frente a igual período do ano anterior, o indicador continuou indicando variação negativa, um recuo de 1,4%.

Por fim, quanto ao futuro da economia, o empresariado local ainda manifesta receio. No entanto, com a desconfiança cada vez mais diluída. Segundo o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), calculado pela SEI, o movimento de redução do pessimismo no meio empresarial do estado, observado a partir de abril de 2016, quando o ICEB marcou -488 pontos, voltou a se materializar ao longo do terceiro trimestre deste ano – encerrado, por sinal, com o melhor resultado desde março de 2014. Assim, os últimos indicadores passaram a afiançar a possibilidade de resgate da confiança num curto espaço de tempo, mesmo com o pessimismo se encontrando ainda em patamar moderado (julho: -180 pontos; agosto: -173 pontos; e setembro: -101 pontos).

EMPREGOS FORMAIS

Sob a ótica das médias móveis de 12 meses do saldo de empregos formais, desde março de 2015 não há geração líquida de oportunidades ocupacionais na Bahia¹. No entanto, esse ciclo de contração parece caminhar para o seu fim, relegando ao passado os momentos mais críticos – como, por exemplo, a eliminação média de 7.384 postos em junho de 2016, pior resultado na conjuntura recente (Gráfico 1). Mesmo reconhecendo progressos, o resgate dos tempos áureos ainda requer um dinamismo muito maior do mercado de trabalho local.

¹ Ao longo do texto, o termo emprego formal se refere à relação empregatícia com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O acompanhamento dos dados de fluxos do Caged dos últimos dois anos, em termos de médias móveis de 12 meses, permite constatar que o mercado de trabalho baiano exibiu, desde julho do ano passado, arrefecimento no ritmo do corte líquido de vínculos tutelados pela legislação trabalhista, em dimensões bem mais consideráveis nos últimos seis meses. O terceiro trimestre deste ano, dessa maneira, apresentou, em setembro, com a supressão média de 1.505 postos, a menor perda dos últimos 29 meses, patenteando o prosseguimento do enfraquecimento na perda de empregos.

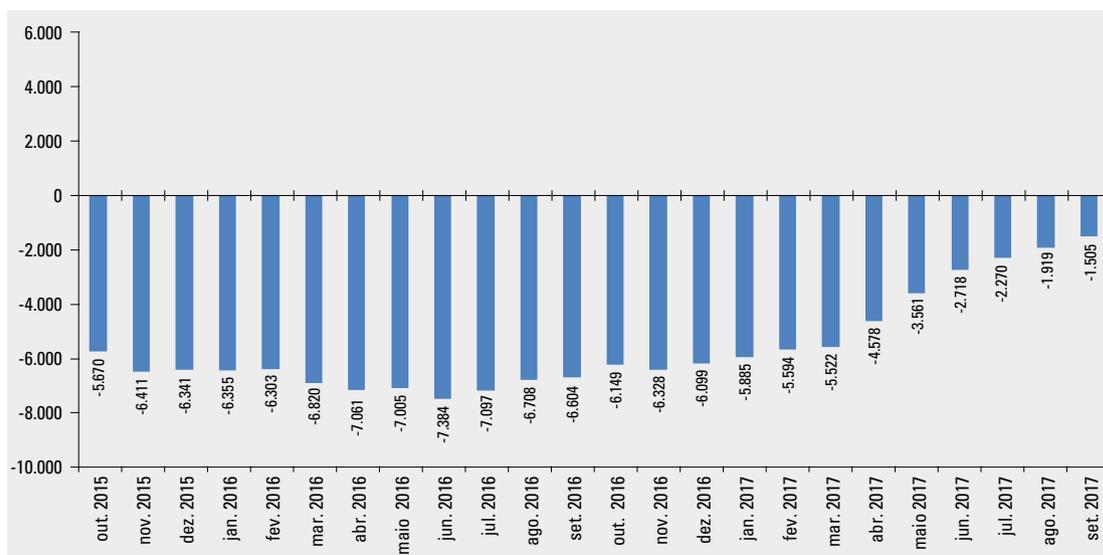


Gráfico 1
Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de doze meses – Bahia – Out. 2015-set. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Nos últimos três meses, os sinais de mudança continuaram se propagando. O terceiro trimestre deste ano foi mais um em que houve aumento da ocupação na Bahia, perfazendo dois resultados positivos consecutivos após o padrão recessivo erigido nos dez trimestres imediatamente anteriores. Dentre os meses do referido trimestre, todos testemunharam o surgimento líquido de postos de trabalho – diferentemente, portanto, do ocorrido no trimestre antecedente, quando em um dos meses o nível de emprego encolheu. Os meses de julho, agosto e setembro, no caso, geraram 1.301, 2.333 e 2.297 postos de trabalho, respectivamente.

O ganho líquido do trimestre de agora, geração de 5.931 postos, ficou abaixo do ocorrido nos três meses imediatamente anteriores, quando 12.297 postos foram abertos – dilatando o saldo líquido positivo do acumulado do ano. Assim, de janeiro a setembro, com 13.571 postos de trabalho criados, os nove meses do ano apontaram uma elevação de 0,80% no contingente de 1.691.881 empregos com carteira assinada existente ao final de 2016. Sem a ocorrência de algum percalço, que parece improvável, a Bahia voltará a celebrar o aumento do nível de emprego ao final de 2017.

A expansão do mercado de trabalho formal baiano no terceiro trimestre de 2017 alcançou

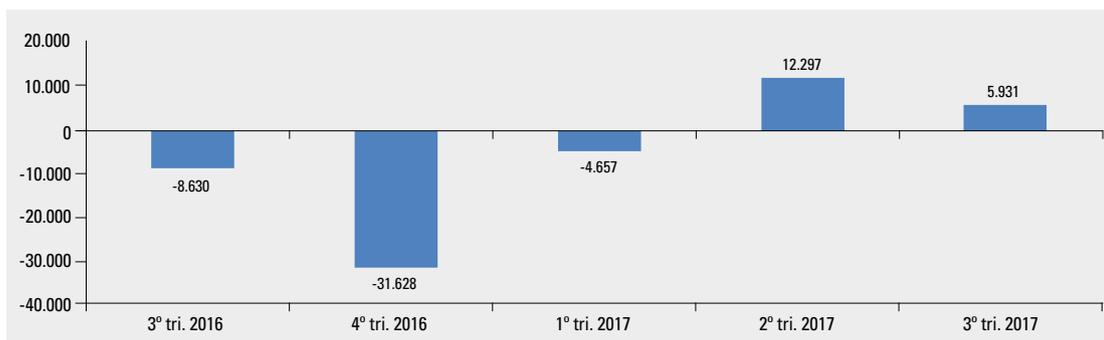


Gráfico 2

Evolução do saldo de empregos formais por trimestre – Bahia – 3º tri. 2016-3º tri. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Excetuando o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

cinco dos oito setores da atividade econômica, três setores a mais que o registrado há um ano e o mesmo que no trimestre imediatamente anterior. Mesmo com declínio do nível de ocupação em três dos setores no trimestre, quase todos exibiram, agora, um desempenho melhor comparativamente ao de um ano antes – a exceção ficou por conta do setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Em uma avaliação setorial, Construção Civil e Serviços, com geração líquida de 3.612 e 2.876 postos de trabalho no terceiro trimestre de 2017, respectivamente, destacaram-se com os desempenhos mais proeminentes. Em contrapartida, conforme a Tabela 1, os setores de Comércio (-1.140 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-526 postos) foram os de maior dispensa líquida de trabalhadores no trimestre.

Tabela 1

Comportamento do mercado de trabalho formal por setor de atividade econômica em termos de saldo, por trimestre – Bahia – 3º tri. 2016/2º tri. 2017/3º tri. 2017

Setor de atividade econômica	3º tri. 2016	2º tri. 2017	3º tri. 2017
Extrativa Mineral	-208	-116	129
Indústria de Transformação	231	2.334	1.167
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-503	182	-526
Construção Civil	-3.035	-1.706	3.612
Comércio	-2.203	-616	-1.140
Serviços	-665	4.092	2.876
Administração Pública	84	1.002	167
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	-2.331	7.125	-354
Total	-8.630	12.297	5.931

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

O saldo de empregos com carteira assinada também foi positivo para o país no terceiro trimestre de 2017, com 122.329 postos a mais. Além disso, todas as regiões geraram postos de trabalho no referido intervalo. O Sudeste, com surgimento líquido de 12.590 vagas formais, foi a região em que menos se originou postos, enquanto o Nordeste, com 59.696 novos postos, a que mais gerou. Das unidades da Federação, em 20 houve surgimento líquido de postos. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com acréscimo de 5.931 oportunidades ocupacionais, ficou na 9ª posição no trimestre, cinco abaixo da verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, oito obtiveram saldo positivo. A Bahia (+5.931 postos) exibiu o sexto

maior montante líquido de postos ativados da região, enquanto Pernambuco (+19.406 postos) e Sergipe (-565 postos) ficaram com o melhor e o pior desempenho regional, respectivamente.

Quanto à distribuição intraestadual, no terceiro trimestre deste ano, contrariamente ao ocorrido um ano antes, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e o interior contabilizaram o surgimento líquido de vagas (Tabela 2). Enquanto na RMS foram criados 1.787 empregos com registro em carteira, no interior houve uma geração de 4.144 postos no trimestre mais atual – números melhores que os do mesmo intervalo do ano passado. Em relação ao trimestre imediatamente antecedente, a RMS melhorou seu desempenho, passando a gerar oportunidades, enquanto o interior teve seu feito aplacado.

Ao longo de 2017, a criação de empregos formais no interior (+20.865 postos) mais que compensou a perda constatada na RMS (-7.294 postos), realçando o protagonismo daquela região na geração líquida de vagas no estado e, ao mesmo tempo, indicando a área metropolitana como entrave a um dinamismo mais contundente do mercado de trabalho formal em território baiano neste ano.

Tabela 2
Comportamento do mercado de trabalho celetista baiano entre RMS e interior, em termos de saldo, por trimestre – 3º tri. 2016/2º tri. 2017/3º tri. 2017

Área geográfica	3º tri. 2016	2º tri. 2017	3º tri. 2017
Bahia	-8.630	12.297	5.931
RMS	-5.483	-625	1.787
Interior	-3.147	12.922	4.144

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

A RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

O saldo positivo de 5.931 empregos formais na Bahia, observado no terceiro trimestre, foi proveniente de 140.735 admissões e 134.804 desligamentos. Do segundo ao terceiro trimestre, tanto as admissões quanto os desligamentos recuaram – aquelas em 8,5% (13.113 admitidos a menos) e estas em 4,8% (6.747 desligados a menos). A queda das contratações em dimensão maior que a dos desligamentos ajuda a entender a ocorrência de um saldo menor no trimestre mais recente. Dessa forma, o declínio no número de admissões, associado a um estoque ainda em níveis historicamente baixos, que engessa os desligamentos involuntários e inibe os voluntários, torna a dificuldade em se alocar e realocar maior que a de se manter em uma vaga – constituindo-se, assim, num grande impeditivo para uma sólida alavancagem do mercado de trabalho baiano.

Conforme a Tabela 3, houve recuo em todas as formas de movimentação no mercado de trabalho baiano no terceiro trimestre. No campo das admissões, o reemprego², tipo de contratação mais comum no referido mercado, reduziu 4,8% na comparação com o trimestre antecedente. Quanto aos desligamentos, a demissão sem justa causa, forma mais habitual de findar uma relação empregatícia, apresentou decréscimo de 4,3%. As admissões via contrato de trabalho por prazo determinado (-31,2%) e os terminos de contrato por prazo determinado (-21,0%) foram os tipos com maior queda relativa no trimestre tratado.

2 Reempregado é aquele que já havia exercido ocupação formal no mercado de trabalho anteriormente.

Tabela 3**Comportamento do mercado de trabalho formal por tipo de movimentação no quadro de empregados, por trimestre – Bahia – 2º tri. 2017/3º tri. 2017**

Tipo mov. desagregado	2º tri. 2017	3º tri. 2017	Variação
Admissão por Reemprego	119.487	113.777	-4,8%
Contrato Trabalho Prazo Determinado	20.288	13.961	-31,2%
Admissão por Primeiro Emprego	13.926	12.860	-7,7%
Admissão por Reintegração	147	137	-6,8%
Admissão por Transferência	0	0	-
Total de Admissões	153.848	140.735	-8,5%
Desligamento por Transferência	0	0	-
Desligamento por Aposentadoria	177	176	-0,6%
Desligamento por Morte	504	498	-1,2%
Desligamento por Demissão com Justa Causa	1.261	1.043	-17,3%
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	5.535	4.372	-21,0%
Desligamento a Pedido	16.334	15.588	-4,6%
Desligamento por Término de Contrato	20.632	20.200	-2,1%
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	97.108	92.927	-4,3%
Total de Desligamentos	141.551	134.804	-4,8%
Saldo (Admissões - Desligamentos)	12.297	5.931	-

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

No acumulado de julho a setembro, a captação líquida de trabalhadores ocorreu apenas para os postos que pagavam menos, as faixas de até um e de um a dois salários mínimos – com a primeira absorvendo mais novamente (Gráfico 3). Por outro lado, o maior corte líquido de vínculos ocorreu, assim como no primeiro e no segundo trimestre do ano, na faixa delimitada por dois e cinco salários mínimos.

Do segundo ao terceiro trimestre deste ano, houve melhora nas camadas intermediárias – quer dizer, o saldo aumentou naquelas faixas compreendidas entre um e dez salários mínimos. Nesse contexto, a categoria dos que receberam de um a dois salários mínimos foi a que mais avançou. Em contrapartida, o grupo dos que receberam menos teve sua absorção comprimida e o estrato dos que receberam mais se deparou com uma ampliação na perda líquida de postos.

Desde o terceiro trimestre de 2014, não se observava abertura líquida de postos de trabalho em dois níveis de remuneração simultaneamente. A tática em disponibilizar oportunidades para as mais baixas remunerações, adotada pelas empresas como forma de evitar o avanço desmedido dos custos, parece ter sido continuada no terceiro trimestre – no entanto, agora, de maneira mais flexibilizada, já que ampliada àquelas com remuneração de um a dois salários mínimos, conduta condizente com um panorama de retomada econômica gradual.

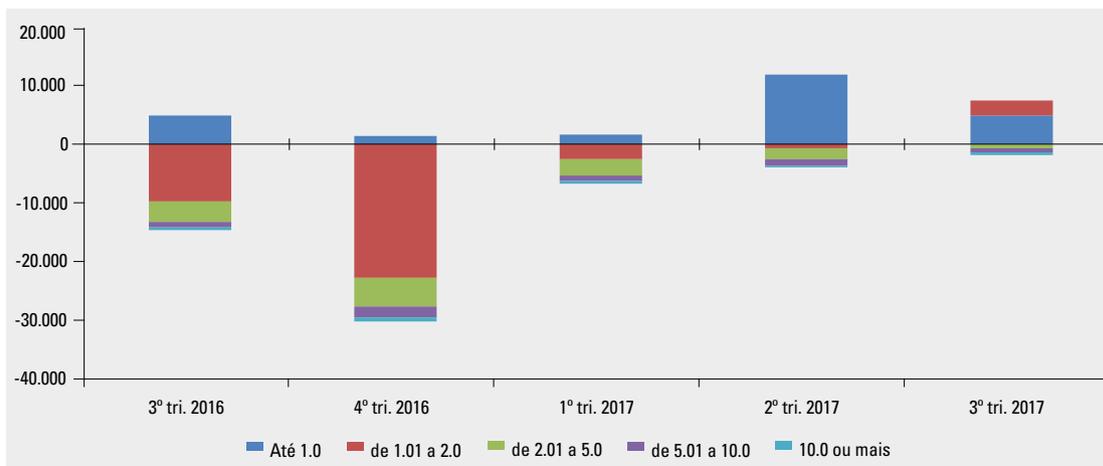


Gráfico 3
Evolução trimestral do saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo – Bahia – 3º tri. 2016-3º tri. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

As informações trabalhadas não contemplam as declarações fora do prazo.

O salário real médio de admissão, na Bahia, chegou a R\$ 1.333 no terceiro trimestre de 2017 – inferior em R\$ 156 em relação ao do país, que foi de R\$ 1.489. Trata-se do maior valor desde o terceiro trimestre de 2013 (R\$ 1.345). Em relação ao segundo trimestre do ano, quando alcançou R\$ 1.281, houve avanço de 4,0%. Na comparação interanual, a alta foi ligeiramente menor, de 3,9% – já que, à época, o valor havia sido de R\$ 1.282. A evolução trimestral deste importante indicador pode ser acompanhada pelo Gráfico 4.

No terceiro trimestre deste ano, após queda no período imediatamente anterior, a remuneração média dos trabalhadores admitidos voltou a crescer. Por sua vez, o salário real médio de desligamento emendou o segundo aumento seguido – mantendo-se, assim, acima do de um ano antes. A diferença entre o salário real médio dos desligados e admitidos, no terceiro trimestre, diminuiu comparativamente à do trimestre anterior e, também, em relação à do mesmo trimestre de 2016. Enquanto no intervalo mais atual, o trabalhador admitido recebeu, em média, 91,5% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre precedente e no terceiro de 2016, esses percentuais foram de 89,2% e 90,8%, respectivamente – denotando, quanto aos trimestres de comparação, aumento do preço de rotatividade da mão de obra na Bahia.

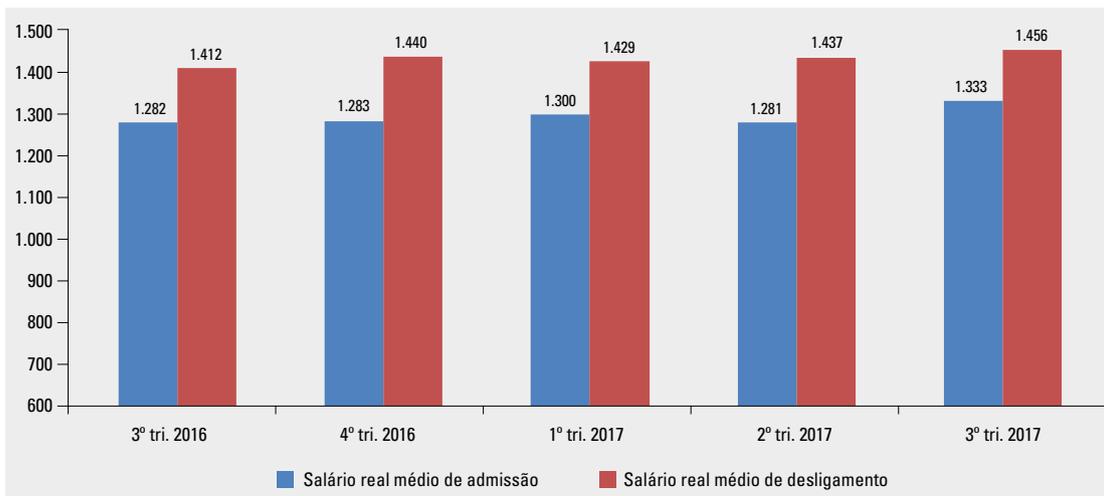


Gráfico 4
Salário real médio de admissão e de desligamento por trimestre – Bahia – 3º tri. 2016-3º tri. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Dados deflacionados em relação a setembro de 2017 pelo IPCA.

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA

No terceiro trimestre de 2017, na Bahia, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), sintetizados na Tabela 4, a desocupação atingiu 16,7% da população na força de trabalho. Assim, o ano de 2017, até então, exibiu as maiores taxas trimestrais de desocupação no estado desde o início da pesquisa, em 2012 – fato observado, também, no contexto brasileiro.

A referida taxa, entretanto, vem caindo a cada trimestre no território baiano, fazendo da recente tendência declinante um alento diante do cenário retratado. Do primeiro ao segundo trimestre do ano, quando passou de 18,6% para 17,5%, a taxa havia diminuído 1,1 ponto percentual e, agora, em relação ao trimestre imediatamente antecedente, a queda foi de 0,8 ponto percentual. Por outro lado, em relação ao mesmo intervalo do ano anterior, quando o indicador foi estimado em 15,9%, houve crescimento, com a taxa do penúltimo trimestre de 2017 ficando 0,8 ponto percentual acima.

A Bahia persistiu com uma taxa de desocupação superior às do Brasil (12,4%) e do Nordeste (14,8%) no terceiro trimestre de 2017. A Região Nordeste, por sinal, permaneceu com a mais alta taxa entre as regiões brasileiras, ficando a Região Sul com a menor, 7,9%. Entre as unidades da Federação, a Bahia ficou com a segunda mais elevada. Enquanto isso, Pernambuco (17,9%) foi o estado com a maior taxa de desocupação no trimestre em análise e Santa Catarina (6,7%), aquele com a menor.

No trimestre analisado, a população ocupada foi estimada em 5,975 milhões, representando queda de 1,8% (-109 mil pessoas) em referência ao montante existente no mesmo período do ano anterior e de 0,4% (-25 mil) quando confrontada com a do trimestre imediatamente anterior. A população desocupada foi estimada em 1,197 milhão de indivíduos – redução de 5,8% frente à do segundo trimestre e aumento de 4,0% em relação à do mesmo trimestre de

um ano antes. Em relação ao registrado há um ano, o montante de 46 mil pessoas a mais no contingente sem ocupação se deveu, de forma aproximada, à redução de 109 mil postos de trabalho agregada aos 63 mil indivíduos que saíram da força de trabalho no período.

Considerando os grupamentos de atividade econômica, após um ano, o nível de emprego se reduziu enormemente nos setores de *Construção* (-15,4%); e *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (-9,7%); e, relativamente menos, nos de *Serviços domésticos* (-3,7%); *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (-1,4%); *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (-1,3%); e *Indústria geral* (-0,2%). Em compensação, a ocupação cresceu nos setores de *Transporte, armazenagem e correio* (+12,7%); *Outros serviços* (+7,3%); *Alojamento e alimentação* (+4,7%); e *Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (+4,4%).

Com base na PNADC, o rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no terceiro trimestre de 2017, na Bahia, foi estimado em R\$ 1.375 – o menor registro do ano. Em relação ao terceiro trimestre de 2016, quando o rendimento médio real estava em R\$ 1.346, houve avanço de 2,2%, e num comparativo com o valor do trimestre anterior, cujo valor estava em R\$ 1.442, ocorreu um recuo de 4,6%. A massa de rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas ocupadas, foi estimada em R\$ 7,941 bilhões – queda de 5,1% frente à do trimestre imediatamente anterior, quando registrou R\$ 8,365 bilhões e expansão de 0,5% num comparativo com a do mesmo trimestre do ano anterior, cujo valor havia sido de R\$ 7,903 bilhões.

Tabela 4
Síntese das principais informações da PNAD Contínua – Bahia – 3º tri. 2016/2º tri. 2017/3º tri. 2017

Indicador	Período			Variação	
	3º tri. 2016	2º tri. 2017	3º tri. 2017	3º tri. 2017/ 3º tri. 2016	3º tri. 2017/ 2º tri. 2017
Taxa de desocupação	15,9%	17,5%	16,7%	0,8 p.p	-0,8 p.p
Nível da ocupação	50,1%	48,9%	48,4%	-1,6 p.p.	-0,5 p.p.
População ocupada	6.083 mil	6.000 mil	5.975 mil	-1,8%	-0,4%
População desocupada	1.151 mil	1.271 mil	1.197 mil	4,0%	-5,8%
Rendimento médio real habitual	R\$ 1.346	R\$ 1.442	R\$ 1.375	2,2%	-4,6%
Massa de rendimento (em milhões de reais)	R\$ 7.903	R\$ 8.365	R\$ 7.941	0,5%	-5,1%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) – IBGE.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

A taxa de desemprego total da Região Metropolitana de Salvador para o terceiro trimestre de 2017 foi calculada em 23,7% pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, percentual inferior ao observado no segundo trimestre do ano e menor que o registrado nesse período em 2016 (Gráfico 5). O número de pessoas desempregadas persiste elevado, embora seja menor que o do segundo trimestre. Em que pese a pequena melhoria no nível de ocupação, a População

Economicamente Ativa (PEA) encontra-se relativamente estável tanto em relação ao trimestre imediatamente anterior quanto ao mesmo trimestre de 2016 (Tabela 1A, em apêndice).

O desemprego atingiu 456 mil pessoas no terceiro trimestre, 25 mil a menos que o contingente do segundo trimestre e 37 mil em face ao quantitativo do mesmo trimestre de 2016. A evolução da taxa de desemprego em relação ao segundo trimestre advém, principalmente, do crescimento da ocupação em 18 mil postos de trabalho (1,2%) já que a PEA ficou relativamente estável (menos 7 mil pessoas ou -0,4%). O comportamento da taxa de desemprego em relação ao mesmo trimestre de 2016 se deveu aos mesmos fatores: estabilidade relativa da PEA (-7 mil ou -0,4%) e aumento da ocupação em 30 mil postos (ou 2,1%). Isso fez com que o número de desempregados fosse reduzido em 37 mil pessoas (ou -7,5%).

A evolução da taxa de desemprego entre o segundo e o terceiro trimestre do ano resulta do crescimento da taxa de desemprego aberto (de 16,5% para 16,7%) e da redução do desemprego oculto (de 7,5% para 6,9%). A evolução em 12 meses, por sua vez, advém do comportamento do desemprego oculto, que evoluiu de 7,5%, em 2016, para 6,9% em 2017, enquanto o desemprego aberto reduziu de 18,0% para os atuais 16,7% nesse intervalo (Tabela 2A, em apêndice).

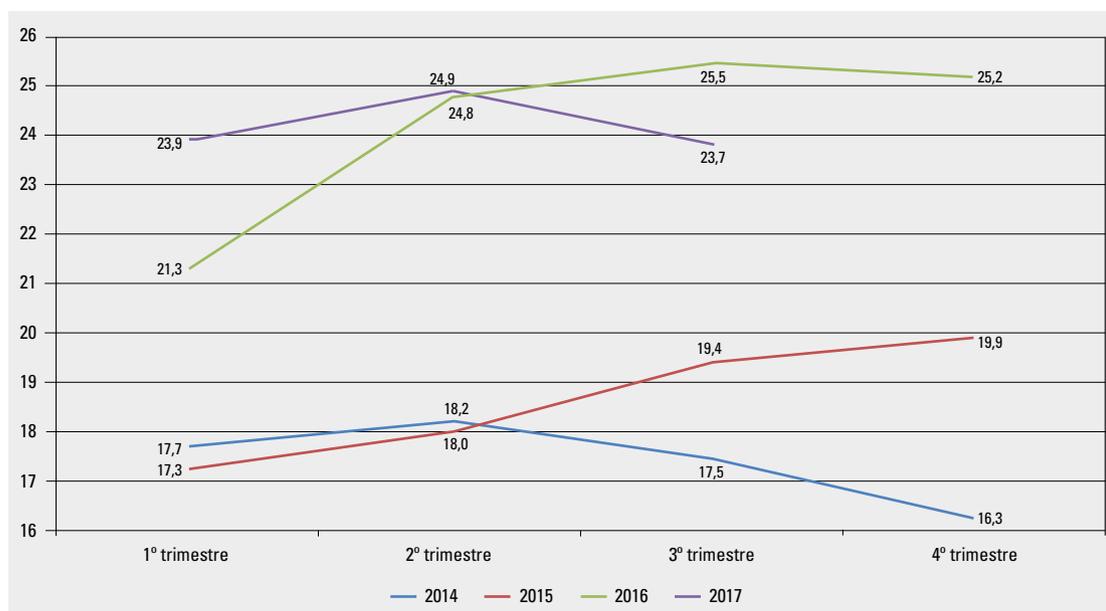


Gráfico 5
Taxa trimestral de desemprego total – RMS – 2014-2017

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

O nível de ocupação da RMS cresceu 1,2% entre o segundo e o terceiro trimestre de 2017, com o surgimento de 18 mil postos de trabalho. O número de trabalhadores cresceu na *Construção* (mais 15 mil ou 13,6%), na *Indústria de transformação* (10 mil ou 10,1%) e no *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (23 mil ou 8,6%); e diminuiu nos *Serviços* (menos 25 mil postos ou -2,6%) (Tabela 3A, em apêndice).

Em relação ao terceiro trimestre de 2016, houve crescimento da ocupação, com o surgimento de 30 mil posições de trabalho (2,1%). Houve crescimento da ocupação na *Construção* (mais 17 mil postos ou 15,7%), nos *Serviços* (22 mil trabalhadores a mais ou 2,4%) e no *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (3 mil ou 1,0%), números mais que suficientes para compensar as perdas ocorridas na *Indústria de transformação* (menos 5 mil ou -4,4%).

Quanto ao vínculo ou relação de trabalho, o crescimento da ocupação entre o segundo e o terceiro trimestre de 2017 se deveu ao aumento do trabalho *Autônomo* (mais 14 mil postos ou 4,6%) já que houve redução no trabalho *Assalariado* (menos 6 mil postos ou -0,6%) e no *Emprego Doméstico* (menos 6 mil ou -5,1%). Entre os *Assalariados*, houve crescimento no trabalho assalariado no setor público (6 mil postos a mais ou 4,7%) e redução no setor privado (menos 10 mil ou -1,2%). No setor privado, a redução do emprego foi maior nas posições sem carteira assinada (menos 6 mil postos ou -6,6%) que entre os com carteira assinada (4 mil empregos a menos ou -0,5%) (Tabela 4A, em apêndice).

Nos últimos 12 meses, houve crescimento do trabalho *Autônomo* (46 mil postos a mais ou 16,8%) e reduções no trabalho *Assalariado* (menos 33 mil empregos ou -3,4%) e no *Emprego doméstico* (menos 2 mil ou -1,8%). Entre os assalariados, foram eliminadas 28 mil posições de trabalho no setor privado (-3,3%) e 5 mil no setor público (-3,6%). No setor privado, as perdas se deram tanto nas posições desprotegidas pela seguridade social (menos 14 mil ou -14,1%) quanto nas posições com carteira assinada (menos 14 mil ou -1,9%).

Os rendimentos médios reais dos ocupados e dos assalariados da RMS diminuíram em 3,3% e 5,0%, respectivamente, entre o segundo e o terceiro trimestre de 2017, passando a valer R\$ 1.476 para os ocupados e R\$ 1.531 para os assalariados. Nesse período, a massa de rendimentos dos ocupados diminuiu apenas em 2,1%, já que houve aumento do nível de ocupação (1,2%). A massa de rendimentos dos assalariados reduziu 5,6% em razão da diminuição dos rendimentos médios e também do nível de emprego (-0,6%) (Tabela 5A, em apêndice).

Entre o terceiro trimestre de 2016 e o de 2017, o rendimento médio real aumentou tanto para ocupados (3,7%) quanto para os assalariados (0,7%). Houve crescimento da massa de rendimentos dos ocupados (5,9%) e redução nos assalariados (-2,7%). No primeiro caso, devido ao aumento do rendimento médio real e do nível de ocupação e, no caso dos assalariados, a diminuição da massa de rendimentos se deveu à redução do nível de emprego (-3,4%).

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano sonda as expectativas empresariais sobre diversos temas, dentre os quais o ânimo quanto à contratação futura. Construído a partir das respostas dos empresários baianos em relação aos planos de contratar, manter ou encerrar vagas, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde dezembro de 2013. O IEE, no entanto, exibiu avanço a cada mês do terceiro trimestre (julho: -227 pontos; agosto: -223 pontos; e setembro: -138 pontos), terminando com o menor nível de pessimismo quanto ao emprego desde abril de 2014 – reforçando os sinais de retomada das contratações no curto prazo.

A diminuição do pessimismo, no entanto, não se deu de forma generalizada (Gráfico 6). Entre os setores, em relação ao término do trimestre antecedente, a Agropecuária e o Comércio indicaram aumento do pessimismo quanto ao emprego. A Indústria e os Serviços, por outro lado, atenuaram o desânimo ao fim do trimestre mais recente. Nesse contexto, o setor de Serviços

terminou com o melhor dos indicadores e o de Comércio revelou as piores expectativas em relação às contratações futuras.

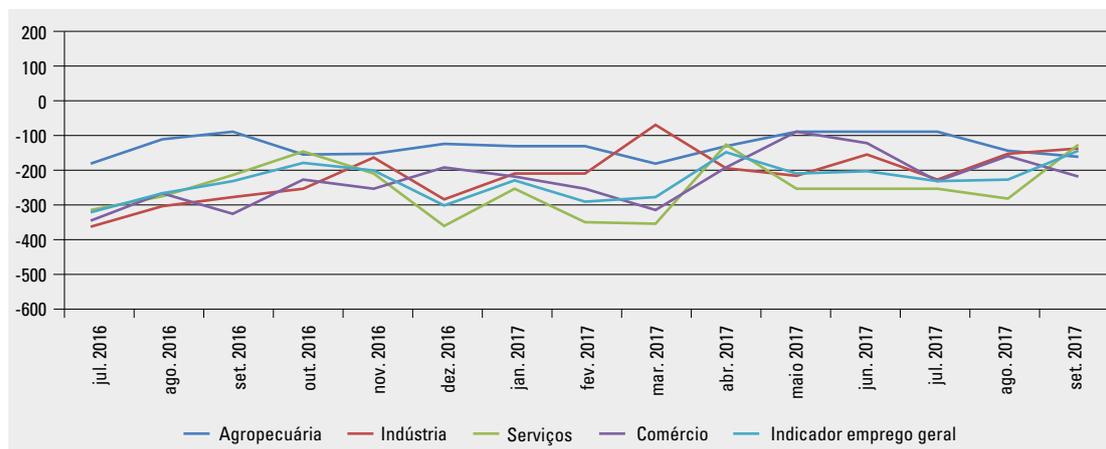


Gráfico 6
Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego por setor de atividade – Bahia – Jul. 2016-set. 2017

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Analisando-se o nível esperado de contratação para os 12 meses posteriores ao terceiro trimestre de 2017, 50,0% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores; 40,9% dos entrevistados afirmaram que pretendem promover o desligamento de empregados; e apenas 9,1% cogitaram a possibilidade de contratar.

Num contexto temporal mais amplo, os sinais voltam a ser de esperança. Conforme o Gráfico 7, o intento, por parte do setor produtivo baiano, de reduzir o quadro de funcionários, após a interrupção do movimento de queda no primeiro trimestre, esmoreceu pela segunda vez seguida – atingindo estágio próximo ao de três anos atrás. Ademais, as perspectivas empresarias em manter o quadro de empregados completou duas altas sucessivas. Em contrapartida, o fito de admitir, após avanço no trimestre imediatamente antecedente, voltou a recuar, freando qualquer expectativa que insinue uma rápida recuperação do mercado de trabalho local.

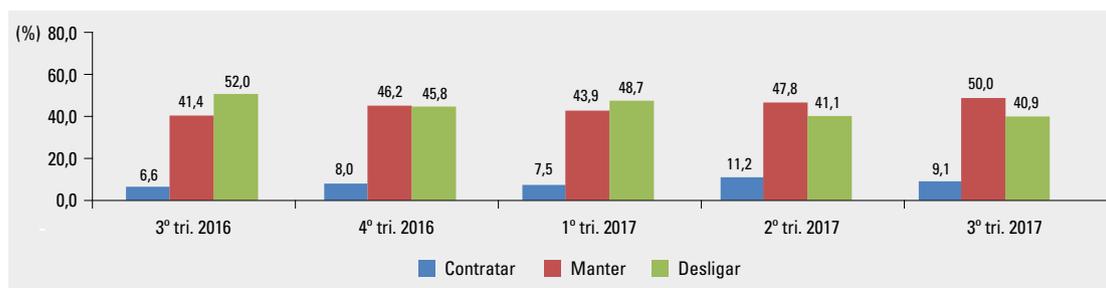


Gráfico 7
Percentual de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – Bahia – 3º tri. 2016-3º tri. 2017

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Projeção do emprego formal

Segundo a projeção realizada pela SEI, o mercado de trabalho baiano interromperá seu processo de recuperação no último trimestre de 2017, com supressão prevista de 18.922 postos³. O que não surpreende, já que desde o ano de 2011, de forma recorrente, o quarto trimestre vem sendo marcado como um período de atrofia do mercado de trabalho celetista baiano.

Entretanto, se tal expectativa se confirmar, o saldo de empregos com carteira assinada na Bahia, no trimestre em questão, mesmo negativo, representará um resultado melhor para o período desde 2013. Até então, os menores saldos num quarto trimestre ocorreram nos anos de 2015 e 2016, quando foram eliminados 37.689 e 31.628 vínculos de trabalho com carteira assinada, respectivamente.

A eliminação líquida de empregos com carteira assinada esperada para o quarto trimestre do ano deverá ser influenciada, principalmente, pelo comportamento dos setores de Agropecuária (-7.477 postos), Indústria de Transformação (-4.989 empregos celetistas), Serviços (-3.633 oportunidades) e Construção Civil (-2.538 postos). Por outro lado, a expectativa de saldo positivo recai unicamente sobre o setor de Comércio (+1.940 postos). As demais projeções podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 5
Projeção do saldo de empregos formais por setor de atividade econômica – Bahia – 4º tri. 2017

Setor de atividade econômica	Saldo projetado
Extrativa Mineral	-87
Indústria de Transformação	-4.989
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-122
Construção Civil	-2.538
Comércio	1.940
Serviços	-3.633
Administração Pública	-2.016
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	-7.477
Total	-18.922

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

A projeção feita pela SEI, mesmo com eliminação líquida de 18.922 vínculos formais prevista para o próximo trimestre, pode não representar um impedimento para a continuidade da retomada do emprego na Bahia, já que se trata de um comportamento recorrente e próprio da dinâmica do período. Por sua vez, os últimos dados de fluxos do Caged e das informações provenientes da PNADC e da PEDRMS permitem manter o sentimento de que o pior ficou para trás. Além do mais, mesmo com os níveis de confiança do empresariado local ainda baixos, o pessimismo se mostra cada vez menor. Por fim, mesmo que não muitos, os sinais de retorno da vitalidade do mercado de trabalho baiano continuam postos.

3 A projeção feita pela SEI se utilizou de dados atualizados até setembro de 2017.

APÊNDICE

Tabela 1A
Estimativas da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos, Taxas Globais de Participação e de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Trimestres	População economicamente ativa						Inativos maiores de 10 anos			Taxas (%)		População Total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados		Índice (2)	Índice (2)	Índice (2)	Participação (pea/pia)	Desemprego total (des/pea)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)						
1º tri. 2010	1.722	115,0	1.379	125,5	343	86,2	1.226	128,0	58,4	19,9	3.424	
2º tri. 2010	1.724	115,2	1.436	130,7	288	72,4	1.238	129,2	58,2	16,7	3.436	
3º tri. 2010	1.728	115,4	1.448	131,8	280	70,4	1.246	130,1	58,1	16,2	3.447	
4º tri. 2010	1.745	116,6	1.504	136,9	241	60,6	1.243	129,7	58,4	13,8	3.459	
1º tri. 2011	1.667	112,7	1.422	129,4	265	66,6	1.315	137,3	56,2	15,7	3.470	
2º tri. 2011	1.663	112,4	1.422	129,4	261	65,6	1.333	139,1	55,8	15,5	3.482	
3º tri. 2011	1.727	115,4	1.454	132,3	273	68,6	1.302	135,9	57,0	15,8	3.494	
4º tri. 2011	1.722	115,0	1.479	134,6	243	61,1	1.320	137,8	56,6	14,1	3.505	
1º tri. 2012	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	1.268	132,4	58,5	17,3	3.517	
2º tri. 2012	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	1.247	130,2	59,4	17,9	3.529	
3º tri. 2012	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	1.200	125,3	61,1	19,0	3.541	
4º tri. 2012	1.885	124,6	1.555	141,5	310	77,9	1.233	128,7	60,2	16,6	3.553	
1º tri. 2013	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565	
2º tri. 2013	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	1.304	136,1	58,3	19,1	3.577	
3º tri. 2013	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	1.247	130,2	60,3	17,8	3.589	
4º tri. 2013	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	1.290	134,7	59,1	16,9	3.601	
1º tri. 2014	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	1.286	134,2	59,4	17,7	3.613	
2º tri. 2014	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	1.302	135,9	59,1	18,2	3.625	
3º tri. 2014	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	1.340	139,9	58,1	17,5	3.637	
4º tri. 2014	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6	1.342	140,1	58,2	16,3	3.649	
1º tri. 2015	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	1.381	144,2	57,2	17,3	3.662	
2º tri. 2015	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	1.413	147,5	56,4	18,0	3.674	
3º tri. 2015	1.826	122,0	1.472	133,9	354	88,9	1.429	149,2	56,1	19,4	3.686	
4º tri. 2015	1.893	126,5	1.516	137,9	377	94,7	1.376	143,6	57,9	19,9	3.699	
1º tri. 2016	1.852	123,7	1.457	132,6	395	99,2	1.432	149,5	56,4	21,3	3.711	
2º tri. 2016	1.874	125,2	1.409	128,2	465	116,8	1.425	148,7	56,8	24,8	3.724	
3º tri. 2016	1.932	129,1	1.439	130,9	493	123,9	1.382	144,3	58,3	25,5	3.736	
4º tri. 2016	1.921	128,3	1.437	130,8	484	121,6	1.408	147,0	57,7	25,2	3.749	
1º tri. 2017	1.933	129,1	1.471	133,8	462	116,1	1.411	147,3	57,8	23,9	3.761	
2º tri. 2017	1.932	129,1	1.451	132,0	481	120,9	1.428	149,1	57,5	24,9	3.774	
3º tri. 2017	1.925	128,6	1.469	133,7	456	114,6	1.452	151,6	57,0	23,7	3.786	
Varição (%)												
3º tri. 2017/2º tri. 2017		-0,4		1,2		-5,2		1,7	-0,9	-4,8		0,3
Varição (%)												
3º tri. 2017/3º tri. 2016		-0,4		2,1		-7,5		5,1	-2,2	-7,1		1,3

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 2A**Taxas de desemprego, por tipo de desemprego – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017**

Em porcentagem

Trimestres	Total	Aberto	Oculto		
			Total	Precário	Desalento
1º tri. 2010	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5
2º tri. 2010	16,7	11,3	5,3	3,8	1,6
3º tri. 2010	16,2	10,7	5,5	3,7	1,8
4º tri. 2010	13,8	9,8	4,0	2,8	(1)
1º tri. 2011	15,7	10,0	5,7	3,6	2,0
2º tri. 2011	15,5	10,4	5,1	3,6	1,5
3º tri. 2011	15,8	11,3	4,5	3,3	(1)
4º tri. 2011	14,1	9,8	4,3	3,2	(1)
1º tri. 2012	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3
2º tri. 2012	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5
3º tri. 2012	19,0	13,1	5,9	4,6	1,3
4º tri. 2012	16,6	11,4	5,2	4,3	(1)
1º tri. 2013	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3
2º tri. 2013	19,1	14,1	5,0	3,9	(1)
3º tri. 2013	17,8	12,8	5,0	4,0	(1)
4º tri. 2013	16,9	12,4	4,5	3,7	(1)
1º tri. 2014	17,7	12,8	4,9	4,2	(1)
2º tri. 2014	18,2	13,3	4,8	4,2	(1)
3º tri. 2014	17,5	12,8	4,7	3,9	(1)
4º tri. 2014	16,3	11,3	5,0	4,3	(1)
1º tri. 2015	17,3	12,3	5,1	4,4	(1)
2º tri. 2015	18,0	13,8	4,2	3,6	(1)
3º tri. 2015	19,4	14,2	5,2	4,6	(1)
4º tri. 2015	19,9	14,3	5,6	4,9	(1)
1º tri. 2016	21,3	15,2	6,1	5,5	(1)
2º tri. 2016	24,8	17,8	7,0	6,4	(1)
3º tri. 2016	25,5	18,0	7,5	6,5	(1)
4º tri. 2016	25,2	17,6	7,5	6,6	(1)
1º tri. 2017	23,9	16,5	7,5	6,7	(1)
2º tri. 2017	23,9	16,5	7,5	6,7	(1)
3º tri. 2017	23,7	16,7	6,9	6,4	(1)
Variação (%) 3º tri. 2017/ 2º tri. 2017	-0,8	1,2	-8,0	-4,5	-
Variação (%) 3º tri. 2017/ 2º tri. 2016	-7,1	-7,2	-8,0	-1,5	-

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Trimestres	Estimativas e índices do nível de ocupação, por setor de atividade									
	Total (1)		Indústria de transformação (2)		Construção (3)		Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)		Serviços (5)	
	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)
1º tri. 2011	1.422	98,6	128	98,5	129	97,0	262	95,3	865	100,1
2º tri. 2011	1.422	98,6	132	101,5	127	95,5	262	95,3	855	99,0
3º tri. 2011	1.454	100,8	124	95,4	134	100,8	286	104,0	874	101,2
4º tri. 2011	1.479	102,6	136	104,6	141	106,0	293	106,5	871	100,8
1º tri. 2012	1.479	102,6	123	94,6	146	109,8	282	102,5	884	102,3
2º tri. 2012	1.498	103,9	135	103,8	147	110,5	288	104,7	888	102,8
3º tri. 2012	1.526	105,8	131	100,8	134	100,8	291	105,8	926	107,2
4º tri. 2012	1.555	107,8	137	105,4	149	112,0	295	107,3	935	108,2
1º tri. 2013	1.504	104,3	123	94,6	138	103,8	308	112,0	890	103,0
2º tri. 2013	1.474	102,2	131	100,8	139	104,5	273	99,3	889	102,9
3º tri. 2013	1.556	107,9	129	99,2	146	109,8	303	110,2	935	108,2
4º tri. 2013	1.549	107,4	136	104,6	156	117,3	301	109,5	917	106,1
1º tri. 2014	1.549	107,4	124	95,4	158	118,8	308	112,0	925	107,1
2º tri. 2014	1.539	106,7	134	103,1	155	116,5	299	108,7	914	105,8
3º tri. 2014	1.532	106,2	121	93,1	150	112,8	280	101,8	945	109,4
4º tri. 2014	1.564	108,5	124	95,4	152	114,3	311	113,1	945	109,4
1º tri. 2015	1.526	105,8	137	105,4	130	97,7	285	103,6	948	109,7
2º tri. 2015	1.499	104,0	129	99,2	121	91,0	297	108,0	922	106,7
3º tri. 2015	1.472	102,1	113	86,9	125	94,0	290	105,5	919	106,4
4º tri. 2015	1.516	105,1	112	86,2	126	94,7	279	101,5	972	112,5
1º tri. 2016	1.457	101,0	109	83,8	122	91,7	278	101,1	921	106,6
2º tri. 2016	1.409	97,7	104	80,0	107	80,5	278	101,1	893	103,4
3º tri. 2016	1.439	99,8	114	87,7	108	81,2	288	104,7	899	104,1
4º tri. 2016	1.437	99,7	103	79,2	115	86,5	277	100,7	914	105,8
1º tri. 2017	1.471	102,0	109	83,8	99	74,4	290	105,5	946	109,5
2º tri. 2017	1.451	100,6	99	76,2	110	82,7	268	97,5	946	109,5
3º tri. 2017	1.469	101,9	109	83,8	125	94,0	291	105,8	921	106,6
Variação (%)										
3º tri. 2017/		1,2		10,1		13,6		8,6		-2,6
2º tri. 2017/										
3º tri. 2016		2,1		-4,4		15,7		1,0		2,4

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Diasee, Seade, MTb/FAT

(1) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(2) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(6) Em 1.000 pessoas.

(7) Base: média de 2011 = 100.

Nota: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 4A - Estimativas e Índices do Nível de Ocupação, por Posição na Ocupação – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Trimestres	Assalariados (2)												Autônomos		Empregados domésticos	
	Total (1)			Setor privado						Setor público (3)						
	Total			Com carteira assinada		Sem carteira assinada		Total			Setor público (3)					
	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)		
1º tri. 2010	1.379	125,5	923	140,5	740	148,9	610	167,6	130	97,7	183	114,4	284	115,0	101	87,8
2º tri. 2010	1.436	130,7	965	146,9	764	153,7	648	178,0	116	87,2	201	125,6	279	113,0	108	93,9
3º tri. 2010	1.448	131,8	972	147,9	760	152,9	630	173,1	130	97,7	210	131,3	294	119,0	109	94,8
4º tri. 2010	1.504	136,9	1.009	153,6	800	161,0	669	183,8	131	98,5	208	130,0	314	127,1	104	90,4
1º tri. 2011	1.422	129,4	947	144,1	762	153,3	644	176,9	118	88,7	183	114,4	299	121,1	112	97,4
2º tri. 2011	1.422	129,4	974	148,2	799	160,8	685	188,2	114	85,7	173	108,1	282	114,2	112	97,4
3º tri. 2011	1.454	132,3	960	146,1	795	160,0	680	186,8	115	86,5	164	102,5	314	127,1	124	107,8
4º tri. 2011	1.479	134,6	979	149,0	828	166,6	707	194,2	121	91,0	151	94,4	308	124,7	127	110,4
1º tri. 2012	1.479	134,6	991	150,8	834	167,8	711	195,3	123	92,5	154	96,3	305	123,5	129	112,2
2º tri. 2012	1.498	136,3	1.014	154,3	870	175,1	750	206,0	120	90,2	142	88,8	304	123,1	127	110,4
3º tri. 2012	1.526	138,9	1.016	154,6	862	173,4	732	201,1	130	97,7	154	96,3	325	131,6	125	108,7
4º tri. 2012	1.555	141,5	1.064	161,9	900	181,1	774	212,6	126	94,7	165	103,1	306	123,9	123	107,0
1º tri. 2013	1.504	136,9	1.023	155,7	880	177,1	761	209,1	119	89,5	141	88,1	298	120,6	123	107,0
2º tri. 2013	1.474	134,1	996	151,6	859	172,8	746	204,9	113	85,0	137	85,6	307	124,3	124	107,8
3º tri. 2013	1.556	141,6	1.046	159,2	896	180,3	767	210,7	129	97,0	148	92,5	322	130,4	123	107,0
4º tri. 2013	1.549	140,9	1.061	161,5	907	182,5	795	218,4	112	84,2	155	96,9	296	119,8	124	107,8
1º tri. 2014	1.549	140,9	1.063	161,8	923	185,7	793	217,9	130	97,7	141	88,1	290	117,4	129	112,2
2º tri. 2014	1.539	140,0	1.065	162,1	917	184,5	805	221,2	112	84,2	148	92,5	282	114,2	119	103,5
3º tri. 2014	1.532	139,4	1.040	158,3	887	178,5	778	213,7	109	82,0	152	95,0	296	119,8	132	114,8
4º tri. 2014	1.564	142,3	1.074	163,5	929	186,9	816	224,2	113	85,0	145	90,6	296	119,8	127	110,4
1º tri. 2015	1.526	138,9	1.067	162,4	914	183,9	812	223,1	102	76,7	153	95,6	278	112,6	114	99,1
2º tri. 2015	1.499	136,4	1.027	156,3	878	176,7	787	216,2	91	68,4	148	92,5	268	108,5	118	102,6
3º tri. 2015	1.472	133,9	998	151,9	864	173,8	755	207,4	109	82,0	132	82,5	287	116,2	116	100,9
4º tri. 2015	1.516	137,9	1.052	160,1	892	179,5	781	214,6	111	83,5	161	100,6	273	110,5	121	105,2
1º tri. 2016	1.457	132,6	1.002	152,5	877	176,5	784	215,4	93	69,9	125	78,1	267	108,1	115	100,0
2º tri. 2016	1.409	128,2	958	145,8	829	166,8	730	200,5	99	74,4	128	80,0	255	103,2	118	102,6
3º tri. 2016	1.439	130,9	979	149,0	839	168,8	740	203,3	99	74,4	140	87,5	273	110,5	114	99,1
4º tri. 2016	1.437	130,8	954	145,2	835	168,0	736	202,2	99	74,4	121	75,6	280	113,4	126	109,6
1º tri. 2017	1.471	133,8	974	148,2	847	170,4	741	203,6	106	79,7	127	79,4	287	116,2	116	100,9
2º tri. 2017	1.451	132,0	952	144,9	821	165,2	730	200,5	91	68,4	129	80,6	305	123,5	118	102,6
3º tri. 2017	1.469	133,7	946	144,0	811	163,2	726	199,5	85	63,9	135	84,4	319	129,1	112	97,4
Variação (%)																
3º tri. 2017/2º tri. 2017	1,2	-0,6	-1,2	-0,5	-6,6	4,7	4,6	-5,1								
Variação (%)																
3º tri. 2017/3º tri. 2016	2,1	-3,4	-3,3	-1,9	-14,1	-3,6	16,8	-1,8								

Fonte: PEDFMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, IMTb/FAT.

(1) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

(2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

(4) Em 1000 pessoas.

(5) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 5A**Índices Trimestrais do Emprego, do Rendimento Médio Real e da Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados e dos Assalariados (1) – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017**

Base: média de 2000 = 100

Trimestres	Ocupados (2)			Assalariados (3)		
	Emprego	Rendimento médio real	Massa de rendimentos reais	Emprego	Salário médio real	Massa salarial real
1º tri. 2010	125,5	109,8	137,7	140,5	108,2	152,0
2º tri. 2010	130,7	111,0	145,0	146,9	108,2	158,9
3º tri. 2010	131,8	111,6	147,0	147,9	109,1	161,4
4º tri. 2010	136,9	110,7	151,5	153,6	108,8	167,1
1º tri. 2011	129,4	102,4	132,5	144,1	101,1	145,8
2º tri. 2011	129,4	104,1	134,7	148,2	103,6	153,7
3º tri. 2011	132,3	95,3	126,1	146,1	94,4	138,0
4º tri. 2011	134,6	96,7	130,2	149,0	96,8	144,3
1º tri. 2012	134,6	97,7	131,5	150,8	97,4	146,9
2º tri. 2012	136,3	96,2	131,1	154,3	95,0	146,6
3º tri. 2012	138,9	97,4	135,3	154,6	96,3	148,9
4º tri. 2012	141,5	98,9	140,0	161,9	97,7	158,2
1º tri. 2013	136,9	96,9	132,6	155,7	95,8	149,2
2º tri. 2013	134,1	100,7	135,1	151,6	100,2	152,0
3º tri. 2013	141,6	100,0	141,6	159,2	98,7	157,2
4º tri. 2013	140,9	105,1	148,1	161,5	101,4	163,8
1º tri. 2014	140,9	101,7	143,4	161,8	99,0	160,1
2º tri. 2014	140,0	102,7	143,7	162,1	100,8	163,4
3º tri. 2014	139,4	102,6	143,0	158,3	100,0	158,3
4º tri. 2014	142,3	104,9	149,2	163,5	101,8	166,4
1º tri. 2015	138,9	102,5	142,3	162,4	98,0	159,2
2º tri. 2015	136,4	99,2	135,2	156,3	95,4	149,1
3º tri. 2015	133,9	95,6	128,0	151,9	93,7	142,3
4º tri. 2015	137,9	96,4	132,9	160,1	92,6	148,3
1º tri. 2016	132,6	90,7	120,3	152,5	86,9	132,5
2º tri. 2016	128,2	90,5	116,0	145,8	87,5	127,6
3º tri. 2016	130,9	92,8	121,5	149,0	89,9	134,0
4º tri. 2016	130,8	91,6	119,7	145,2	87,6	127,2
1º tri. 2017	133,8	97,9	131,0	148,2	92,3	136,9
2º tri. 2017	132,0	99,5	131,4	144,9	95,3	138,1
3º tri. 2017	133,7	96,3	128,7	144,0	90,5	130,4
Variação (%) 3º tri. 2017/ 2º tri. 2017	1,2	-3,3	-2,1	-0,6	-5,0	-5,6
Variação (%) 3º tri. 2017/ 3º tri. 2016	2,1	3,7	5,9	-3,4	0,7	-2,7

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI.

(2) Incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Incluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

NOTAS METODOLÓGICAS

PESQUISA DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do Estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com doze perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (Inflação, Juros, PIB Nacional e PIB Estadual) e ao desempenho das empresas (Vendas, Crédito, Câmbio, Capacidade Produtiva, Situação Financeira, Emprego, Exportação e Abertura de Unidades).

Fruto de uma amostragem não-probabilística intencional, a Pesquisa conta, atualmente, com mais de cem entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da Pesquisa abrange quatro setores: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a Pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: *Grande Pessimismo*, de -1.000 a -500; *Pessimismo*, de -500 a -250; *Pessimismo Moderado*, de -250 a zero; *Otimismo Moderado*, de zero a 250; *Otimismo*, de 250 a 500; e *Grande Otimismo*, de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

Escala do ICEB



PROJEÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

As projeções do mercado de trabalho formal são construídas com base na metodologia de séries temporais. As estimativas são feitas para o número de admitidos e de desligados de cada um dos oito setores de atividade econômica. O saldo previsto para cada segmento será a diferença entre as admissões e os desligamentos projetados. O saldo geral, enfim, será o somatório dos saldos supostos para cada atividade.

O tratamento dado a determinado setor no processo de previsão depende de o mesmo ser considerado de menor ou maior impacto na dinâmica do mercado de trabalho local. O grupo de menor influência incorpora as atividades de Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública. O de maior peso engloba Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

As séries do número de admissões e de desligamentos do setor, obtidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são incluídas no procedimento de projeção independentemente do peso do segmento. O uso de variáveis explicativas, no entanto, somente ocorre para aquelas atividades apontadas como de maior impacto.

Para conceber tais previsões são utilizados o algoritmo de alisamento exponencial de Holt-Winters e a metodologia de Box-Jenkins com os modelos sazonais auto regressivos integrados de médias móveis (SARIMA) e sua extensão (SARIMAX). A adoção do modelo SARIMAX é para permitir a inclusão de variáveis explicativas.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

